



TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS

Estado entrega veículos e anuncia novos aviões para salvar vidas



Governador Carlos Massa Ratinho Junior entregou nesta segunda-feira (23) 18 novos veículos para o Sistema Estadual de Transplantes do Paraná, maior renovação da frota da história do órgão. Ele também anunciou a aquisição de duas aeronaves para a Casa Militar, que ajudam no transporte de órgãos no Estado

Referência na doação de órgãos no Brasil, o Paraná vai agilizar a logística de transplantes. O governador Carlos Massa Ratinho Junior entregou nesta segunda-feira (23) 18 novos veículos para o Sistema Estadual de Transplantes do Paraná, maior renovação da frota da história do órgão. Ele também anunciou a aquisição de duas aeronaves para a Casa Militar, que ajudam no transporte de órgãos no Estado.

O investimento da Secretaria de Estado da Saúde nos novos veículos, que serão destinados às quatro Organizações de Procura de Órgãos (OPOs) do Estado, foi de R\$ 1,9 milhão. Nove veículos ficarão em Curitiba, onde está a sede da Central Estadual de Transplantes, e o restante será distribuído entre as organizações de Londrina (Norte), Maringá (Nordeste) e Cascavel (Oeste).

“O paranaense é um povo muito solidário, o que fez com que o Estado se tornasse referência no transplante de órgãos. Somos a população que mais doa órgãos no País, mais que o dobro da média nacional”, afirmou Ratinho Junior. “Também temos uma das estruturas mais modernas do mundo na gestão logística, na busca desses órgãos para levar até os hospitais para atender a população. Por isso a importância dessas novas viaturas, que vão reforçar a logística tanto na Capital, quanto no Interior”.

Além do transporte terrestre, o Paraná conta com uma estrutura aérea, com os aviões da Casa Militar disponíveis 24 horas por dia para o transporte de órgãos e das equipes do sistema estadual. Essa agilidade é necessária porque os procedimentos devem ser feitos de forma muito rápida, por causa do tempo de isquemia dos órgãos, que é o intervalo entre a retirada do doador e a cirurgia no transplantado.

“O Sistema Estadual de Transplantes é um dos orgulhos do Paraná e da Secretaria da Saúde. É graças a esse trabalho que, há muitos anos, somos os líderes nacionais em doação de órgãos”, salientou o secretário estadual da Saúde, César Neves. “A renovação da frota, junto com a estrutura da Casa Militar, ajudam a estruturar a parte logística da nossa Central de Transplantes, que nos coloca na vanguarda nacional nessa área. Queremos, cada vez mais, que os paranaenses tenham o melhor sistema de transplantes do País”.

“Todas as aeronaves do Go-

verno do Estado ficam disponíveis para a Central de Transplantes 24 horas por dia, para que quando formos acionados pela Secretaria de Saúde, possamos colocá-las à disposição para fazer o deslocamento aqui no Paraná ou em outro Estado”, explicou o chefe da Casa Militar, tenente-coronel Marcos Tordoro. “Elas são usadas para levar a equipe médica para fazer a captação com o doador ou para levar o órgão para cirurgia. É toda uma estrutura utilizada para salvar vidas”.

Atualmente, o sistema paranaense é formado pela Central Estadual de Transplantes, localizada em Curitiba e que coordena as atividades em todo o Estado; quatro Organizações de Procura de Órgãos; 70 Comissões Intra Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes; 23 equipes transplantadoras de órgãos; 60 equipes transplantadoras de tecidos, cinco laboratórios de histocompatibilidade; três Bancos de Tecidos Oculares e um banco de multitecidos; além de quatro Câmaras Técnicas.

Para a coordenadora do Sistema Estadual de Transplantes, Juliana Ribeiro Giugni, o trabalho de todas essas equipes é fortalecido com a estruturação. “Esses carros vêm para fortalecer a nossa logística terrestre, trazendo mais segurança às nossas equipes, que rodam 24 horas por dia, sete dias por semana, transportando esses bens preciosos, que são os órgãos e tecidos doados pelas famílias para serem destinados para transplante”, disse.

Paraná tem o 3º maior cadastro de doadores de medula óssea do Brasil

O Paraná se mantém como o Estado com maior número de doações de órgãos por milhão de população (pmp) no País, de acordo com a Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO). O Estado registra 42,3 doações pmp, seguido por Santa Catarina com 40,7 pmp, Rondônia com 40,5 pmp e Rio de Janeiro com 27,0 pmp. A média nacional é de 19,5 pmp. O Estado também está na liderança nacional de transplante de rins e é o terceiro em transplantes de fígado.

Segundo a Secretaria da Saúde, entre janeiro e agosto de 2024, o Estado atingiu o maior número de transplantes de órgãos sólidos dos últimos seis anos, com 574 procedimentos. O período também foi marcado

pelos recordes nos transplantes de coração, com 28 procedimentos, e de rim, com 342 procedimentos.

Os órgãos doados são destinados a pacientes que necessitam de transplante e estão aguardando em uma lista única de espera, que é fiscalizada pelo Sistema Nacional de Transplantes, do Ministério da Saúde, e pelas Centrais Estaduais de Transplantes. Atualmente, 3.992 pessoas aguardam na fila de espera por um transplante no Paraná. A maior demanda é por transplante de rim, com 2.222 pacientes, seguido por transplante de córneas (1.436) e de fígado (257).

A seleção de um paciente que aguarda por um transplante ocorre com base na gravidade de sua doença, tempo de espera em lista, tipo sanguíneo, compatibilidade anatômica com o órgão doado e outras informações médicas importantes. Todo o processo de seleção dos potenciais receptores é seguro, justo e transparente. Os órgãos que podem ser transplantados são o coração, pulmões, fígado, rins, pâncreas, além de tecidos, como córneas, pele, ossos, valvas cardíacas e tendões.

SETEMBRO VERDE – A renovação da frota do Sistema Estadual de Transplantes faz parte das ações do Paraná no Setembro Verde, mês que é dedicado na conscientização da população sobre a doação de órgãos, já que em 28 de setembro, é celebrado o Dia Nacional da Doação de Órgãos.

Usando um laço verde como símbolo, o objetivo da campanha é incentivar e mobilizar a população a conversar sobre o assunto com suas famílias, deixando expresso o desejo em ser doador de órgãos e tecidos. Isso porque, no Brasil, a doação de órgãos e tecidos acontece somente após a autorização da família da pessoa que faleceu.

“O mês de setembro inteiro é voltado para ações de sensibilização para a doação de órgãos. E para ser um doador é muito simples, basta avisar a família sobre o desejo de ser um doador. Porque no momento do falecimento, é a família quem vai decidir, então ela precisa conhecer essa vontade”, explicou Juliana. “Essa comunicação facilita quando os familiares forem autorizar a doação de órgãos, o que salva vidas. Temos muitos pacientes esperando por um transplante, aguardando o sim de uma família para ter um novo recomeço”. Foto: Roberto Dziura Jr/AEN

COLEÇÃO: JARDIM OLINDA NÃO PODE PARAR - PP - PSD - REPUBLICANOS - FE BRASIL

COLIGAÇÃO: JARDIM OLINDA NÃO PODE PARAR

PREFEITO

Weverton José 11

VICE: ROSIMAR

JARDIM OLINDA NÃO PODE PARAR

PP - PSD REPUBLICANOS FE BRASIL

Graduandos da Uningá visitam a indústria de rações



Conhecer a moderna indústria de rações da Cocamar, situada no parque industrial da cooperativa em Maringá (PR), desperta sempre o interes-

se de alunos de instituições universitárias locais que mantêm cursos voltados à área de nutrição animal, principalmente. Foi o que aconteceu no dia 12 de setembro, quando aquela

unidade, situada no parque industrial da cooperativa, recebeu a visita de um grupo de graduandos em zootecnia e também de medicina veterinária do Centro Universitário Uningá.

Acompanhados pela professora Dra. Paula Olivo, titular da disciplina de Alimentos e Alimentação para Animais, os visitantes foram recepcionados pela gerente industrial Jessica Cremonesi e a especialista em Pesquisa e Desenvolvimento Karine Regina Alves, ambas zootecnistas.

No roteiro, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer todo o processo produtivo, desde o recebimento das matérias primas ao ensaue de rações extrusadas e peletizadas para distribuição ao mercado, passando também pelo controle de qualidade no laboratório. Fonte Cocamar



O Boletim Agrometeorológico, elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) em parceria com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) e o Simepar, revelou um cenário agrícola desfavorável para agosto, marcado por uma seca intensa no estado. As condições climáticas adversas, com secas

e geadas, aumentaram a incidência de focos de incêndio na zona rural.

Embora o Litoral, o Norte e partes do Oeste e da Região Metropolitana de Curitiba tenham registrado precipitações um pouco mais altas, variando entre 45 e 77 mm, esses volumes ainda foram considerados baixos. As demais áreas não ultrapassaram 41 mm, com Ubitatã registrando apenas

7,2 mm. No geral, as precipitações ficaram significativamente abaixo da média histórica de 88,6 mm, com o Sudoeste e o Sul apresentando os maiores déficits, de 86,4 mm e 69,3 mm, respectivamente. A média estadual de precipitação foi de apenas 37,6 mm, indicando a gravidade da situação hídrica e seus impactos no setor agrícola. Fonte Aen



Prefeitura do Município de Mandaguauçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
www.mandaguacu.pr.gov.br

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 40/2024
PROCESSO Nº. 161/2024

Tipo: MENOR TAXA ADMINISTRATIVA;
Objeto: Futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e intermediação de cartão eletrônico, magnético, com chip ou de tecnologia similar para concessão de Benefício Eventual (auxílio alimentação), estabelecido pela Lei Municipal Nº 2346/2014, para usuários em situação de vulnerabilidade atendidos pela Política de Assistência Social.
Valor Máximo: R\$ 596.640,00 (quinhentos e noventa e seis mil seiscientos e quarenta reais).
Data e Horário do término do recebimento das propostas das empresas, até às 09:00 horas do dia 10/10/2024;
Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguauçu, Estado do Paraná;
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, 175, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguauçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguauçu, 23 de setembro de 2024

MAURICIO APARECIDO
DA SILVA 63210675920
Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 00.276.597/0001-00

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024 – CMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024 – CMU

1. Ratificado por este termo a DISPENSA DE LICITAÇÃO que tem como objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Combustível (Gasolina Comum) destinado ao Veículo Grand Siena Essence 1.6., Flex, 16V do Poder Legislativo de Uniflor, conforme Termo de Referência constante do Edital 04/2024 e Proposta da Contratada de acordo com a tabela abaixo, nas condições fixadas neste instrumento e seus anexos, em favor da empresa: ELGER COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.137.510/0001-36, no Valor Total de R\$ 5.790,00 (Cinco mil setecentos e noventa reais), com base no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, Decreto 11.871/2023, juntamente com os elementos que instruem o Processo Administrativo nº 04/2024 – CMU.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
01	Gasolina Comum	Litros	1000	R\$5,79	R\$5.790,00
				TOTAL	R\$5.790,00

Câmara Municipal de Uniflor, 18 de setembro de 2024.

Alexandre Aparecido Rizzo
Alexandre Aparecido Rizzo
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ
www.cmuniflor.pr.gov.br

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2024 CMU
DISPENSA DE ELETRÔNICA 04/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR
CONTRATADA: ELGER COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
CNPJ: 25.137.510/0001-36
ENDEREÇO: AV. 14 DE DEZEMBRO Nº 1141 - CEP 87600-000 -NOVA ESPERANÇA-PR.

Contratação de empresa para fornecimento de Combustível e Derivados (Gasolina Comum) destinado ao Veículo Grand Siena Essence 1.6., Flex, 16V do Poder Legislativo de Uniflor, conforme Termo de Referência constante do Edital 04/2024 e Proposta da Contratada de acordo com a tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
01	GASOLINA COMUM	LITROS	1000	R\$5,79	R\$5.790,00
				TOTAL	R\$5.790,00

Dotação Orçamentária
01 CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR
001 CÂMARA MUNICIPAL
01.031.0001.2001 Atendimento ao Processo Legislativo
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 04/2024 - CMU.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 04/2024 - CMU.
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 20/09/2024.
VALOR TOTAL: R\$ 5.790,00 (Cinco mil setecentos e noventa reais).
VIGÊNCIA: 12 MESES.
FORO: COMARCA DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ.

Alexandre Aparecido Rizzo
CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR
CONTRATANTE

Elger José Elger
ELGER COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
CONTRATADA

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNPJ: 00.276.597/0001-00
Tel. (44) 3332-1398
Rua Conde Francisco Matarazzo, 482 - Centro - CEP 86670-000 - ITAGUAJÉ - PR

RESOLUÇÃO Nº. 015/2024

SÚMULA: Trata-se da Prestação de Contas referente aos recursos financeiros da Deliberação nº 080/2022 CEDCA/PR, para implantação de parques acessíveis para crianças e adolescentes com deficiência.

O Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei da Política Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (Lei 903/2014).
CONSIDERANDO o Decreto nº 10.455/2014, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA/PR para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência, em atendimento a Lei Estadual nº 9.579 de 22 de março de 1991;
CONSIDERANDO Deliberação nº 080/2022 CEDCA/PR: Repasse de recursos fundo a fundo para implantação de parques acessíveis para crianças e adolescentes com deficiência.
CONSIDERANDO, reunião realizada em 16 de agosto de 2024.

Art 1º - APROVAR a Prestação de Contas Parcial referente aos recursos financeiros da Deliberação nº 080/2022 CEDCA/PR: Repasse de recursos fundo a fundo para implantação de parques acessíveis para crianças e adolescentes com deficiência, no município de Itaguajé-PR, referente ao 1º Semestre de 2024.
Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguajé, 16 de agosto de 2024.

Viviane Alessandra Brondani
Viviane Alessandra Brondani
Presidente do CMDCA

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNPJ: 00.276.597/0001-00
Tel. (44) 3332-1398
Rua Conde Francisco Matarazzo, 482 - Centro - CEP 86670-000 - ITAGUAJÉ - PR

RESOLUÇÃO Nº. 014/2024

SÚMULA: Trata-se da Prestação de Contas referente aos recursos financeiros da Deliberação nº 078/2022 do CEDCA/PR-Incentivo "Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Intima".

O Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei da Política Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (Lei 903/2014).
CONSIDERANDO o Decreto nº 10.455/2014, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA/PR para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência, em atendimento a Lei Estadual nº 9.579 de 22 de março de 1991;
CONSIDERANDO DELIBERAÇÃO Nº 078/2022 – CEDCA/PR: Repasse de recursos fundo a fundo para cofinanciamento complementar, ao Incentivo "Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Intima".
CONSIDERANDO, reunião realizada em 16 de agosto de 2024.

Art 1º - APROVAR a Prestação de Contas Parcial referente aos recursos financeiros da Deliberação nº078/2022 do CEDCA/PR do Incentivo "Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Intima", no município de Itaguajé-PR, referente ao pagamento até 30 de junho de 2024.
Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguajé, 16 de agosto de 2024

Viviane Alessandra Brondani
Viviane Alessandra Brondani
Presidente do CMDCA

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNPJ: 00.276.597/0001-00
Tel. (44) 3332-1398
Rua Conde Francisco Matarazzo, 482 - Centro - CEP 86670-000 - ITAGUAJÉ - PR

RESOLUÇÃO Nº. 013/2024

SÚMULA: Trata-se da Prestação de Contas referente aos recursos financeiros da Deliberação nº 047/2022 - Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersectorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 aos 6 anos de idade – Primeira Infância no município de Itaguajé-PR.

O Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei da Política Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (Lei 903/2014).
CONSIDERANDO o Decreto nº 10.455/2014, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA/PR para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência, em atendimento a Lei Estadual nº 9.579 de 22 de março de 1991;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 047/2022 CEDCA/PR: Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersectorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 aos 6 anos de idade – Primeira Infância.
CONSIDERANDO, reunião realizada em 16 de agosto de 2024.
RESOLVE:
Art 1º - Aprovar a Prestação de Contas Parcial referente aos recursos financeiros da Deliberação nº 047/2022 Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersectorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 aos 6 anos de idade – Primeira Infância no município de Itaguajé-PR, referente ao 1º Semestre de 2024.
Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguajé 16 de agosto de 2024.

Viviane Alessandra Brondani
Viviane Alessandra Brondani
Presidente do CMDCA

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNPJ: 00.276.597/0001-00
Tel. (44) 3332-1398
Rua Conde Francisco Matarazzo, 482 - Centro - CEP 86670-000 - ITAGUAJÉ - PR

RESOLUÇÃO Nº. 012/2024

SÚMULA: Trata-se da prestação de contas dos recursos financeiros da Deliberação nº084/2019 – INCENTIVO CMDCA, no município de Itaguajé-PR

O Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei da Política Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (Lei 903/2014).
CONSIDERANDO o Decreto nº 10.455/2014, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA/PR para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência, em atendimento a Lei Estadual nº 9.579 de 22 de março de 1991;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 084/2019 CEDCA/PR - Estabelece os procedimentos de repasse de recursos na modalidade Fundo a Fundo para desenvolvimento de Ações de Aprimoramento do Controle Social que visem o Apoio e o Fortalecimento da Atuação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.
CONSIDERANDO ainda a deliberação CEDCA nº059/2022, pela definição da data de 13 de dezembro de 2024 para as vigências das Deliberações do CEDCA/PR repassados pelo FIA Estadual aos FIA's municipais.
CONSIDERANDO ainda o Plano de Providências apresentados pelo Órgão Gestor, provenientes de reprogramação das ações, bem como dos saldos dos recursos da deliberação do CEDCA nº084/2019
CONSIDERANDO, reunião realizada em 16 de agosto de 2024.
RESOLVE:
Art 1º - aprovar a prestação de contas parcial do recurso financeiro INCENTIVO CMDCA, referente à Deliberação nº. 84/2019 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA-PR, referente ao 1º Semestre de 2024 (janeiro a junho).
Art 2º - Aprovar a justificativa apresentada pelo Órgão Gestor pelo saldo superior a 30% do recurso Deliberação nº. 84/2019 – CEDCA-PR – INCENTIVO CMDCA, 1º Semestre de 2024 (janeiro a junho).
Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguajé 16 de agosto de 2024.

Viviane Alessandra Brondani
Viviane Alessandra Brondani
Presidente do CMDCA

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNPJ: 00.276.597/0001-00
Tel. (44) 3332-1398
Rua Conde Francisco Matarazzo, 482 - Centro - CEP 86670-000 - ITAGUAJÉ - PR

RESOLUÇÃO Nº. 011/2024

SÚMULA: Trata-se da prestação de contas do INCENTIVO ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE, referente à Deliberação nº. 89/2019 no município de Itaguajé-PR

O Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente – CMDCA, do Município de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei da Política Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (Lei 903/2014).
CONSIDERANDO o Decreto nº 10.455/2014, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA/PR para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência, em atendimento a Lei Estadual nº 9.579 de 22 de março de 1991;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 089/2019 CEDCA/PR - Estabelece os procedimentos de repasse de recursos, na modalidade Fundo a Fundo para Apoio e Fortalecimento de Projetos de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social.
CONSIDERANDO ainda a deliberação CEDCA nº059/2022, pela definição da data de 13 de dezembro de 2024 para as vigências das Deliberações do CEDCA/PR repassados pelo FIA Estadual aos FIA's municipais.
CONSIDERANDO ainda o Plano de Providências apresentados pelo Órgão Gestor, provenientes de reprogramação das ações, bem como dos saldos dos recursos da deliberação do CEDCA nº089/2019
CONSIDERANDO, reunião realizada em 16 de agosto de 2024.

Art 1º - Aprovar a prestação de contas parcial do recurso proveniente da Deliberação nº. 89/2019 – CEDCA-PR – INCENTIVO ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE, referente ao 1º Semestre de 2024 (janeiro a junho).
Art. 2º - Aprovar a justificativa apresentada pelo Órgão Gestor pelo saldo superior a 30% do recurso da deliberação nº. 89/2019 – CEDCA-PR – INCENTIVO ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE, referente ao 1º Semestre de 2024.
Art.3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguajé 16 de agosto de 2024.

Viviane Alessandra Brondani
Viviane Alessandra Brondani
Presidente do CMDCA

INSTITUTO DE PREV. DO MUN. DE CRUZEIRO DO SUL
ESTADO DO PARANÁ
AV. DR. GASTÃO VIDIGAL N.º 600 CNPJ 04.793.441.0001-49

DECRETO 002/2024

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação e das outras providências.

O Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhes são conferidas tendo em vista a Lei Municipal nº 439/2023, de 08/12/2023 com atenção Artigo 43º da Lei 4.320/64.

ARTIGO 1º) Fica aberto no corrente exercício financeiro o Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), referente ao destino e reforço das seguintes dotações:

20.001.09.272.0017.2.056. (Red. 4) INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL	
4 - 3.1.90.13.00.00 – Fonte 02040 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	15.000,00

ARTIGO 2º) Para cobertura do crédito adicional suplementar, ficam as seguintes receitas com suas devidas fontes:

7.3.1.01.01.1.01.00.00.00. CPSS Patroal - Servidor Civil Ativo - Principal	
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	15.000,00

ARTIGO 3º) Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício do Município de Cruzeiro do Sul, 23 de Setembro de 2024.

Roberto Carlos de Souza
Roberto Carlos de Souza
Presidente do Instituto

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ: Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 – fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: licitacao@pmsjivai.pr.gov.br

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2023

Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 16/2023
Processo Licitatório nº 136/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
Contratado: GOVFACIL GESTÃO & TECNOLOGIA LTDA.

Objeto: 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 126/2023, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO NOVO GOVFACIL – LICENÇA BÁSICA, QUE FAZ O ACOMPANHAMENTO DE CERTIDÕES E OBRIGAÇÕES ESTADUAIS E FEDERAIS, RECEITAS, DEMONSTRATIVOS DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS, EDUCAÇÃO, FUNDEB, SAÚDE E FOLHA DE PAGAMENTO, ACOMPANHAMENTOS DOS PROGRAMAS E CONVENIOS FEDERAIS, ANÁLISE DA PREVIA FISCAL, DADOS DE EMPRESAS, EMPREGOS, FROTA, ACOMPANHAMENTO DAS PUBLICAÇÕES REFERENTES AOS PROCESSOS JURÍDICOS DOS PRINCIPAIS TRIBUNAIS, INDICADORES GERENCIAIS, E ALGUNS COMPARATIVOS ONDE É POSSÍVEL TRAZER DIVERSAS INFORMAÇÕES FUNDAMENTAIS COM O OBJETIVO DE FACILITAR O CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA E TORNAR MAIS EFICIENTE A GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ/PR

VIGÊNCIA

Este contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando em 11 de setembro de 2024 à 11 de setembro de 2025, podendo ser prorrogado, se assim for do interesse de ambas as partes, mediante a formalização de Termo Aditivo, sem que qualquer uma das partes possa requerer qualquer vinculação, subordinação, solidariedade ou subsidiariedade entre si.

Fundamentação Legal: Artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

Vigência: 11/09/2024 à 11/09/2025.

Data: 06 de Setembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JORGE DO IVAÍ

CNPJ: 76.282.649/0001-04
Endereço: Praça Santa Cruz, 249 - Centro
CEP: 87190-000 - São Jorge do Ivaí

Telefone: (44) 3243-1157

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 30/2024

Processo Adm.: 109/2024
Data do Processo: 22/08/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 17, §3º e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

	109/2024	30/2024 - PR
a) Nr. Processo:	109/2024	30/2024 - PR
b) Nr. Licitação:	30/2024 - PR	Pregão presencial
c) Modalidade:	23/09/2024	
d) Data de Homologação:	23/09/2024	
e) Objeto da Licitação:	Contratação de empresa para prestação de serviços de pontos de internet, para atender as demandas das Secretarias Municipais do Município de São Jorge do Ivaí/PR, conforme descritivos constantes no anexo.	

Participante: F W COMUNICACOES LTDA
Quantidade de itens: 12
Total do Participante: 28.584,00

Participante: G FOUR TELECOMUNICACOES LTDA
Quantidade de itens: 12
Total do Participante: 29.700,00
Total Geral: 58.284,00

São Jorge do Ivaí, 23 de Setembro de 2024

Agustão Carvalho Guimarães
AGUSTÃO CARVALHO GUIMARÃES
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura do Responsável

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE DE CRUZEIRO DO SUL/PR.
CMDCA
CNPJ: 22.401.716/0001-33
"As crianças, quando bem cuidadas, são uma semente de paz e esperança"

RESOLUÇÃO nº010/2024.

SÚMULA: Aprovação da prestação de contas do 1º Semestre de 2024 Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersectorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância, repassado pelo FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL - PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal 201/2015 de 24 de abril de 2015, e Lei Federal 8069 de 13 de Julho de 1990. Considerando as deliberações em plenária do conselho municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 23 de setembro de 2024.

Resolve:
Art.1º Aprova sem ressalvas a prestação de contas primeiro semestre de 2024 do Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersectorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância repassado pelo FIA, apresentado pelo órgão gestor do Departamento de Assistência Social do município.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2024.

Hugo Leonardo de Souza
Hugo Leonardo de Souza
-Presidente do CMDCA-

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE DE CRUZEIRO DO SUL/PR.
CMDCA
CNPJ: 22.401.716/0001-33
"As crianças, quando bem cuidadas, são uma semente de paz e esperança"

RESOLUÇÃO nº011/2024.

SÚMULA: Aprovação da prestação de contas FINAL do 1º Semestre de 2024 do Incentivo CMDCA, repassado pelo FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL - PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal 201/2015 de 24 de abril de 2015, e Lei Federal 8069 de 13 de Julho de 1990. Considerando as deliberações em plenária do conselho municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 23 de setembro de 2024.

Resolve:
Art.1º Aprova sem ressalvas a prestação de contas FINAL do primeiro semestre de 2024 do Incentivo CMDCA repassado pelo FIA, apresentado pelo órgão gestor do Departamento de Assistência Social do município.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2024.

Hugo Leonardo de Souza
Hugo Leonardo de Souza
-Presidente do CMDCA-

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE DE CRUZEIRO DO SUL/PR.
CMDCA
CNPJ: 22.401.716/0001-33
"As crianças, quando bem cuidadas, são uma semente de paz e esperança"

RESOLUÇÃO nº012/2024.

SÚMULA: Aprovação da prestação de contas do segundo semestre de 2023 do Incentivo Crianças e Adolescentes que sofreram impactos pelo COVID repassado pelo FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL - PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal 201/2015 de 24 de abril de 2015, e Lei Federal 8069 de 13 de Julho de 1990. Considerando as deliberações em plenária do conselho municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 23 de setembro de 2024.

Resolve:
Art.1º Aprova sem ressalvas a prestação de contas do segundo semestre de 2023 do Incentivo Crianças e Adolescentes que sofreram impactos pelo COVID repassado pelo FIA, apresentado pelo órgão gestor do Departamento de Assistência Social do município.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2024.

Hugo Leonardo de Souza
Hugo Leonardo de Souza
-Presidente do CMDCA-

JORNAL Desde 1960
REGIONAL SEMANAL

Fundado em 03 de Abril de 1960
Editado por Del Grossi & Cia Ltda - EPP
CNPJ: 79.989.505/0001-80

NOVA ESPERANÇA, Rua Lord Lovat, nº 521, Fundado em 03/04/1960
COLORADO, Rua Deputado Branco Mendes, nº 549, Fundado em 25/12/1976

- Redação e Publicidade -
Fone/WhatsApp: 44| 3252-1177
E-Mail: editais@oregionaljournal.com.br
Site: www.oregionaljournal.com.br

Empresas que incentivam a leitura e a informação.
Retire seu exemplar gratuitamente nos estabelecimentos:

Ângulo	Nova Esperança
Panificadora União	A Churrascaria
Atalaia	Panificadora Cook
Distribuição Avulsas	Auto Posto Sede Alvorada II
Colorado	Panificadora A Predileta
Distribuição Avulsas	Nova Líder Pastelaria
Distrito de Alto Alegre	Panificadora A Preferida
Sub-Prefeitura	Ourizona
Cruzeiro do Sul	Mercado Bandeirantes
Distribuição Avulsas	Panificadora e Confeitaria Doce Pão
Floraí	Mercado Vieira
Auto Posto E1	Mercearia Nossa Senhora Aparecida
Fran's Doces e Salgados	Paranacity
Auto Posto Floraí	Itália Panificadora
Flórinda	Paranapoema
Distribuição Avulsas	Auto Posto Paraná
Inajá	Panificadora Evangelista
Farmácia Santa Inês	Presidente Castelo Branco
Panificadora Nossa Senhora Aparecida	Loterias Faroni
Itaguajé	Santo Inácio
Supermercado Pontal	Açougue São José
Quitanda do Marreta	Restaurante e Lanchonete "O Costeirão"
Jardim Olinda	Santa Inês
Panificadora Doce Sabor	Auto Posto Santa Inês
Paguipoko Supermercado	Panificadora Cantinho do Pão
Mandaguauçu	São Jorge do Ivaí
Distribuição Avulsas	Auto Posto Forini
Shopping KILEGAL	Studio Mec Foto e Vídeo
Maringá	Farmácia Farmadin
Banca Esportiva	Uniflor
Banca Cabeceira	Distribuição Avulsas
Nossa Senhora das Graças	Distrito de Fierópolis
Distribuição Avulsas	Venda do José Baixinho

CISVAP CONSORCIO INTERM. SAUDE VALE DO PARANAPANEMA
CONSORCIO PÚBLICO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2.024/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

ANEXO II - RPPS - ANEXO 2, SEÇÃO 1, ALÍNEA "C" DO ART. 17, IV							83,10
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-b)	
			no Período (b)	% Até o Período (b/a)	% (b/a)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.000.000,00	6.032.401,27	498.556,00	14,96	3,33	2.472.908,99	
RECEITAS CORRENTES	3.251.900,00	3.283.201,27	439.260,00	13,48	3,40	2.113.841,12	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETTA PATRIMONIAL	4.750,00	4.750,00	3.172,00	66,78	13,95	-4.632,00	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.750,00	4.750,00	3.172,00	66,78	13,95	-4.632,00	
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Arrendamento ou Locação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Damais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETTA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETTA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETTA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.250.750,00	3.280.101,27	438.180,00	13,47	3,32	2.181.919,34	
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	3.250.750,00	3.280.101,27	438.180,00	13,47	3,32	2.181.919,34	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Damais Transferências Correntes	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Multas Administrativas, Contratos e Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações, Restituições e Resarcimentos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Damais Receitas Correntes	748.500,00	748.500,00	30.250,00	7,52	23,40	252,00	
RECEITAS DE CAPITAL	2.748.250,00	2.748.250,00	30.250,00	7,52	23,40	252,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	748.500,00	748.500,00	30.250,00	7,52	23,40	252,00	
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	748.500,00	748.500,00	30.250,00	7,52	23,40	252,00	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Damais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Damais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) - (I + II)	6.000.000,00	6.032.401,27	498.556,00	14,96	3,33	2.472.908,99	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (V) - (III + IV)	6.000.000,00	6.032.401,27	498.556,00	14,96	3,33	2.472.908,99	
TOTAL COM DÉBITO (VI) - (V + VI)	6.000.000,00	6.032.401,27	498.556,00	14,96	3,33	2.472.908,99	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (a-b)	DESPESAS PAGAS ÀS FOLHAS		DESPESAS PAGAS ÀS FOLHAS (c) - (b)
			No Período	Até o Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	6.000.000,00	6.007.477,34	428.412,11	7,14	1,22	5.579.065,23	99.538,56	2.017.392,18	3.561.673,05
DESPESAS CORRENTES	3.000.000,00	3.007.477,34	428.412,11	14,28	4,87	2.578.765,23	99.538,56	1.776.478,23	8.211.286,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.000.000,00	1.007.477,34	100.000,00	10,00	1,00	907.477,34	99.538,56	1.776.478,23	1.878.955,57
JORNAL E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000.000,00	2.007.477,34	328.412,11	16,42	5,93	1.679.265,23	99.538,56	1.776.478,23	1.878.955,57
Transferências e Materiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.000.000,00	2.007.477,34	328.412,11	16,42	5,93	1.679.265,23	99.538,56	1.776.478,23	1.878.955,57
DESPESAS DE CAPITAL	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS ECONÔMICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (IX) - (VII + VIII)	6.000.000,00	6.007.477,34	428.412,11	7,14	1,22	5.579.065,23	99.538,56	2.017.392,18	3.561.673,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida Imobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida Imobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida Imobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (X) - (IX + X)	6.000.000,00	6.007.477,34	428.412,11	7,14	1,22	5.579.065,23	99.538,56	2.017.392,18	3.561.673,05
SUPERÁVIO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM SUPERÁVIO (XI) - (X + XI)	6.000.000,00	6.007.477,34	428.412,11	7,14	1,22	5.579.065,23	99.538,56	2.017.392,18	3.561.673,05
RECURSOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FORN: Sistema Integrado Gestão Pública, Unidade Responsável: CISVAP CONSORCIO INTERM. SAUDE VALE DO PARANAPANEMA, emitido em 23/08/2024 às 10h e 15m.

Daniel R. de Souza
DANIELA ROSARIO CORREIA FELIPE
CALCULADORA INTERNO

Bruno N. de Souza
BRUNO VIEIRA LUVISOTTO
PRESIDENTE DO CONSORCIO

CISVAP CONSORCIO INTERM. SAUDE VALE DO PARANAPANEMA
CONSORCIO PÚBLICO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2.024/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Até o Bimestre / 2024		
		(b)	% Até o Período (b/a)	% (b/a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	5.283.941,27	3.140.691,15	59,45	59,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
IPU	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	4.750,00	3.172,00	66,78	13,95
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	5.209.191,27	3.128.719,33	59,87	59,87
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	5.209.191,27	3.128.719,33	59,87	59,87
Damais Receitas Correntes	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Correntes Restantes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) - (I + II + III)	5.279.191,27	3.128.719,33	59,32	59,32
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	748.500,00	219.438,02	29,32	29,32
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	748.500,00	219.438,02	29,32	29,32
Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	748.500,00	219.438,02	29,32	29,32
Outras Receitas de Capital (NÃO PRIMÁRIAS) (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) - (VII + VIII + IX + X + XI + XII)	748.500,00	219.438,02	29,32	29,32
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) - (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X + XI + XII)	6.027.691,27	3.348.157,35	55,56	55,56
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) - (IV + V + VI)	6.027.691,27	3.348.157,35	55,56	55,56



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

CNPJ 76.279.975/0001-62
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 742024

SÚMULA: Dispõe sobre a Progressão Funcional dos Professores da Rede Municipal de Educação do Município de Uniflor, Estado do Paraná e dá outras providências.

O Senhor José Basal Neto, Prefeito do Município de Uniflor, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Regularmente os critérios para a progressão funcional dos Profissionais da Magistério através de Avanço por Avaliação de Desempenho, para fins de promoção vertical na carreira, conforme estabelecido nos artigos de 39 a 46 da Lei Municipal N.º 1.012, de 22 de junho de 2012.

Parágrafo único: Por avanço vertical entende-se a promoção de um nível para outro, dentro da mesma classe em que se encontra o profissional do magistério a ser avaliado.

Art. 2º - Participar do processo de Avaliação de Desempenho todos os profissionais estáveis que integram o Quadro Próprio do Magistério (GPM) em efetivo exercício.

§ 1º - Não serão avaliados os profissionais que estiverem:

- I - Em período de estágio probatório;
- II - Em licença sem vencimentos, ou tenham retornado às suas funções há menos de um ano da data da publicação desta resolução;
- III - Na condição de aposentado;
- IV - Afetado por motivo de saúde ou doença profissional por mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos ou alternados, dentro do interesse desta avaliação;
- V - Submetido a processo administrativo;
- VI - Afetado de suas funções por qualquer motivo por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, dentro do interesse desta avaliação;
- VII - A disposição de outro órgão em atividade estranha à educação;
- VIII - Na condição de inapto, física e mentalmente, comprovado por perícia médica.

§ 2º - O profissional do magistério com mais de 03 (três) faltas injustificadas no período correspondente à avaliação não será avaliado.

§ 3º - A não participação no processo de Avaliação de Desempenho implica na não obtenção de pontos nesta avaliação.

Art. 3º - A Avaliação de Desempenho para avanço vertical abrangerá as seguintes áreas:

- I - Qualidade do trabalho;
- II - Participação em cursos de capacitação, atualização e aperfeiçoamento;
- III - Trabalhos ou projetos publicados, ou de grande interesse à rede municipal de ensino;
- IV - Disciplina e responsabilidade;
- V - Interesse e cooperação no trabalho;
- VI - Assiduidade e pontualidade;
- VII - Iniciativa e criatividade;
- VIII - Relacionamento humano no trabalho;

Art. 4º - A avaliação de desempenho será precedida de um cadastro funcional a ser preenchido pela direção da unidade escolar onde o profissional exerce suas atividades, ou pelo diretor do Departamento de Educação (ANEXO I).

Art. 5º - A aferição da dedicação profissional será efetuada através de declaração da chefia imediata, onde constem as ausências injustificadas, o desempenho e a pontualidade do profissional do magistério (ANEXO II).

Art. 6º - A avaliação da produtividade e desempenho das funções de docência e de suporte pedagógico que realizam trabalhos equiparados às atividades docentes atuando dentro das unidades escolares, exercido por profissionais reabilitados, serão efetuadas pela Comissão da Unidade Escolar, ou pela Comissão Central de Avaliação, conforme o caso, mediante formulário específico (ANEXO III).

Art. 7º - A aferição da qualificação profissional será assegurada mediante a comprovação da participação em cursos de formação, aperfeiçoamento, capacitação, seminários e outros correlatos, realizados e concluídos dentro do período de outubro de 2022 a outubro de 2024 (ANEXO III).

Art. 8º - Em conformidade com o Art. 36, § 3º, do Departamento de Educação garantirá a oferta no mínimo de 50% horas exigidas para a progressão na carreira.

Art. 9º - Cada unidade escolar terá uma Comissão Escolar de Avaliação, constituída por três membros, sendo obrigatoriamente, pelo menos um destes, professor da escola ou CMEI, conforme o caso. Essa comissão terá a responsabilidade de avaliar os professores da escola nos requisitos produtividade e desempenho das funções de docência e de suporte pedagógico, sendo coordenadas pela Comissão Central de Avaliação de Desempenho.

§ 1º - A Comissão Escolar de Avaliação das unidades escolares avaliará os integrantes da Comissão Central de Avaliação nos requisitos produtividade e desempenho das funções.

§ 2º - A Comissão Central de Avaliação avaliará os integrantes das Comissões Escolares de Avaliação nos requisitos produtividade e desempenho das funções.

§ 3º - As avaliações serão realizadas por turno.

Art. 10 - O Diretor e demais integrantes da Equipe Pedagógica da escola serão avaliados por uma comissão constituída, de dois membros da unidade escolar que fazem parte da Comissão Escolar de Avaliação e dois membros da Comissão Central de Avaliação.

Parágrafo único - Os docentes no exercício de atividades de natureza administrativa, Diretor do Departamento de Educação e Esportes, Assessoramento Pedagógico e Coordenação Pedagógica serão avaliados nos critérios relativos às atividades da função segundo os ANEXOS V, VII, IX e X conforme o caso, mais o cômputo dos pontos havidos nos ANEXOS I e III.

Art. 11 - Os docentes no exercício de atividades de natureza administrativa e de suporte pedagógico e assessoria pedagógica não integrantes de comissões serão avaliados por uma comissão formada pelos diretores das unidades escolares, coordenadores pedagógicos das escolas, e um representante dos docentes de cada unidade escolar, todos integrantes do quadro do magistério municipal.

Parágrafo único - Os critérios de avaliação dos não integrantes serão os mesmos dos anexos correspondentes ao seu cargo, ou função, conforme o caso.

Art. 12 - O profissional da educação que, no período de avaliação, estiver trabalhando em dois locais distintos, será avaliado pela comissão da unidade escolar que tiver trabalhado por mais tempo.

Parágrafo único - Se o tempo de serviço nos dois estabelecimentos for o mesmo, a avaliação será efetuada pelas comissões de cada unidade.

Art. 13 - Se o professor é detentor de dois cargos, deverá ser avaliada em cada um deles, cuja progressão será também definida em cada cargo, salvo se não atender a todos os critérios da Avaliação de Desempenho.

Parágrafo único - Executando as mesmas funções nos dois cargos, a avaliação será única, computando-se o mesmo número de créditos para os dois.

Art. 14 - Do resultado da avaliação de desempenho caberá recurso fundamentado à Diretora do Departamento de Educação, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência do resultado.

Parágrafo único - Os recursos serão apreciados pela Comissão Central de Avaliação dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento do recurso.

Art. 15 - Na ocorrência de pedido de Revisão da Avaliação de Desempenho tendo parecer favorável, a situação funcional da servidora deverá ser republicada.

Art. 16 - O avanço vertical será concedido ao profissional do magistério mediante as seguintes condições:

- I - O total de pontos obtidos pela somatória dos pontos computados nos anexos;
- II - Se a totalização de pontos for inferior a 200 (duzentos) pontos, não terá direito a promoção;
- III - Se a totalização de pontos for entre 200 (duzentos) a 300 (trezentos) pontos, terá direito a avançar apenas 01 (um) nível;
- IV - Se a totalização de pontos for igual ou superior a 300 (trezentos) pontos terá direito a avançar 02 (dois) níveis.

Art. 17 - Após a conclusão do processo de Avaliação de Desempenho, conforme registrado nos ANEXOS IV, VI, VII, X e XI, o Departamento de Educação encaminhará relatório ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal com a relação dos professores que tiveram direito à progressão funcional, resultado da avaliação e demais observações pertinentes.

Art. 18 - Nos certificados de cursos realizado através da internet deverá constar o código de acesso para verificação de autenticidade dos mesmos, permitidos até o total de 50% (cinquenta por cento) do total das horas exigidas para progressão na carreira.

Art. 19 - Serão anulos somente os cursos com período de realização dentro do interesse desta avaliação;

Art. 20 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Central de Avaliação de Desempenho.

Art. 21 - Integra o presente Decreto os instrumentos de avaliação os anexos supracitados.

Art. 22 - A promoção prevista para este ano de 2024 terá como base unicamente os pontos obtidos em uma única avaliação de desempenho, perfazendo um total de 140 horas, não sendo permitido o acúmulo de horas para a próxima avaliação.

Parágrafo único - Esta avaliação corresponderá ao interesse de 01 (um) de outubro de 2022 a 30 (trinta) de setembro de 2024.

Art. 23 - Este Decreto entrará em vigor na data da sua Publicação, revogando disposições em contrário.

Uniflor-PR, 10 de setembro de 2024.

Assinatura de José Basal Neto, Prefeito Municipal.

Formulário de avaliação de desempenho com campos para nome, nível, classe, jornada de trabalho, local de trabalho, função e declaração de avaliação.

Tabela com 2 colunas: Atividade e Período. Contém critérios de pontuação para pontualidade e atrasos.

Declaro, também, em que peço essa avaliação desse profissional, foram computados no interesse de 01 (um) de outubro de 2022 a 30 (trinta) de setembro de 2024.

Nº _____ (por extenso) _____ faltas injustificadas.

ANEXO II

Ficha conclusiva da avaliação de desempenho do funcionário, com campos para nome, função, assinatura e observações.

Tabela com 6 colunas: Critérios de Avaliação (Pontualidade, Produtividade, Assiduidade, Participação em cursos de capacitação) e Pontuação (20, 15, 10, 05, 00).

- 1. Participam dos cursos, reuniões e eventos programados pela escola ou órgão da Educação Municipal, ainda que no horário normal de trabalho.
- 2. Apresenta ideias, sugestões e informações que possam contribuir para a melhoria de ser trabalho e da escola, trazendo informações com seus colegas.
- 3. Utiliza material pedagógico fornecido pela escola e outros materiais de iniciativa própria.
- 4. É pontual no cumprimento e prazo de entrega de tarefas, entrega de relatórios, planejamentos e notas.
- 5. Cumpre corretamente as orientações sobre avaliação propostas pelo Departamento de Educação e coordenação pedagógica, procurando avaliar o aluno em todas as suas potencialidades.
- 6. Fictiva no cumprimento e prazo de entrega de tarefas, entrega de relatórios, planejamentos e notas.
- 7. Apresenta dentro das condições necessárias à sua área de atuação, colocando em prática a aprendizagem dos cursos de capacitação.
- 8. Demonstra habilidades didáticas e pedagógicas em situações não rotineiras como indisciplina, agressividade, desmotivação e outros.
- 9. Participa ativamente das funções e reuniões previstas à hora-atividade.
- 10. Comunicar, sempre que necessário, à direção, coordenador pedagógico, pais e colegas de trabalho as suas ações, dúvidas e dificuldades pedagógicas.

Tabela com 3 colunas: Nome, R.G./C.P.F. e Assinatura. Para a Comissão Escolar de Avaliação.

Observação:

Nova Esperança nº 3779 - Colorado nº2866

Formulário de avaliação de desempenho do professor, com campos para nome, função, assinatura e observações.

Tabela com 3 colunas: Nome, Função e Assinatura. Para a Comissão Central de Avaliação.

Comissão Central para a Progressão Funcional dos Professores da Rede Municipal de Ensino:

Tabela com 3 colunas: Nome, Função e Assinatura. Para a Comissão Central de Avaliação.

ANEXO IV

Ficha conclusiva da avaliação de desempenho do professor, com campos para nome, função, assinatura e observações.

Tabela com 3 colunas: Nome, R.G./C.P.F. e Assinatura. Para a Comissão Central de Avaliação.

Declaro que concordo com o resultado da Avaliação de Desempenho.

Professor (a) _____

Declaro que concordo com o resultado da Progressão Funcional e dou validade ao avanço vertical obtido pelo professor (a), por capacitação e/ou por avaliação de desempenho.

Assinatura de Marley Neves Ribeiro Zanchetti, Diretora do Departamento de Educação e Esportes.

Uniflor, _____/_____/_____

Observações:

ANEXO V

Ficha conclusiva da avaliação de desempenho do coordenador pedagógico das escolas, com campos para nome, função, assinatura e observações.

Tabela com 3 colunas: Nome, Função e Assinatura. Para a Comissão Escolar de Avaliação.

Tabela com 3 colunas: Nome, Função e Assinatura. Para a Comissão Escolar de Avaliação.

Observações:

ANEXO VI

Ficha conclusiva da avaliação de desempenho do coordenador pedagógico das escolas, com campos para nome, função, assinatura e observações.

Tabela com 3 colunas: Nome, Função e Assinatura. Para a Comissão Central de Avaliação de Desempenho.

Declaro que concordo com o resultado da Avaliação de Desempenho.

Professor / Coordenador (a) _____

Declaro que concordo com o resultado da Progressão Funcional e dou validade ao avanço vertical obtido pelo professor (a), por capacitação e/ou por avaliação de desempenho.

Assinatura de Marley Neves Ribeiro Zanchetti, Diretora do Departamento de Educação e Esportes.

Uniflor - PR, _____/_____/_____

Observações:

ANEXO VII

Ficha conclusiva da avaliação de desempenho do diretor da escola/CMEI, com campos para nome, função, assinatura e observações.

Tabela com 3 colunas: Nome, Função e Assinatura. Para a Comissão Escolar de Avaliação.

Comissão Escolar de Avaliação (Art. 9º do Decreto):

Tabela com 3 colunas: Nome, Função e Assinatura. Para a Comissão Escolar de Avaliação.

Uniflor - PR, _____/_____/_____

Observações:

ANEXO VIII

Ficha conclusiva da avaliação de desempenho do diretor das escolas, com campos para nome, função, assinatura e observações.

A Comissão Escolar de Avaliação (2 MEMBROS) / A Comissão Central de Avaliação (2 MEMBROS)

(Art. 10 do Decreto): Art.10 - O Diretor e demais integrantes da equipe pedagógica da escola serão avaliados por uma comissão constituída, de dois professores da unidade escolar que fazem parte da Comissão Escolar de Avaliação e dois membros da Comissão Central de Avaliação.

Tabela com 3 colunas: Nome, R.G./C.P.F. e Assinatura. Para a Comissão Central de Avaliação.

Declaro que concordo com o resultado da Avaliação de Desempenho.

Professor (a) _____

Declaro que concordo com o resultado da Progressão Funcional e dou validade ao avanço vertical obtido pelo professor (a), por capacitação e/ou por avaliação de desempenho.

Assinatura de Marley Neves Ribeiro Zanchetti, Diretora do Departamento de Educação e Esportes.

Uniflor - PR, _____/_____/_____

Observações:

Formulário de avaliação de desempenho do diretor do departamento de educação, com campos para nome, função, assinatura e observações.

Comissão Especial: A Comissão Escolar de Avaliação (2 MEMBROS) / A Comissão Central de Avaliação (2 MEMBROS)

(Art. 10 do Decreto): Art.10 - O Diretor e demais integrantes da equipe pedagógica da escola serão avaliados por uma comissão constituída, de dois professores da unidade escolar que fazem parte da Comissão Escolar de Avaliação e dois membros da Comissão Central de Avaliação.

Tabela com 3 colunas: Nome, Função e Assinatura. Para a Comissão Central de Avaliação.

Observações:

ANEXO X

Ficha conclusiva da avaliação de desempenho do diretor do departamento de educação e esportes, com campos para nome, função, assinatura e observações.

Comissão Especial: A Comissão Escolar de Avaliação (2 MEMBROS) / A Comissão Central de Avaliação (2 MEMBROS)

(Art. 10 do Decreto): Art.10 - O Diretor e demais integrantes da equipe pedagógica da escola serão avaliados por uma comissão constituída, de dois professores da unidade escolar que fazem parte da Comissão Escolar de Avaliação e dois membros da Comissão Central de Avaliação.

Tabela com 3 colunas: Nome, R.G./C.P.F. e Assinatura. Para a Comissão Central de Avaliação.

Declaro que concordo com o resultado da Avaliação de Desempenho.

Professor (a) _____

Declaro que concordo com o resultado da Progressão Funcional e dou validade ao avanço vertical obtido pelo professor (a), por capacitação e/ou por avaliação de desempenho.

Assinatura de Marley Neves Ribeiro Zanchetti, Diretora do Departamento de Educação e Esportes.

Uniflor, _____/_____/_____

Observações:

ANEXO XI

Ficha conclusiva da avaliação de desempenho do coordenador, assessor e suporte pedagógico do departamento de educação e esportes, com campos para nome, função, assinatura e observações.

Tabela com 3 colunas: Nome, Função e Assinatura. Para a Comissão Central de Avaliação.

Comissão Especial: A Comissão Escolar de Avaliação (2 MEMBROS) / A Comissão Central de Avaliação (2 MEMBROS)

(Art. 10 do Decreto): Art.10 - O Diretor e demais integrantes da equipe pedagógica da escola serão avaliados por uma comissão constituída, de dois professores da unidade escolar que fazem parte da Comissão Escolar de Avaliação e dois membros da Comissão Central de Avaliação.

Tabela com 3 colunas: Nome, R.G./C.P.F. e Assinatura. Para a Comissão Central de Avaliação.

Observações:

ANEXO XII

Ficha conclusiva da avaliação de desempenho do coordenador, assessor e suporte pedagógico do departamento de educação e esportes, com campos para nome, função, assinatura e observações.

Tabela com 3 colunas: Nome, Função e Assinatura. Para a Comissão Central de Avaliação.

Comissão Especial: A Comissão Escolar de Avaliação (2 MEMBROS) / A Comissão Central de Avaliação (2 MEMBROS)

(Art. 10 do Decreto): Art.10 - O Diretor e demais integrantes da equipe pedagógica da escola serão avaliados por uma comissão constituída, de dois professores da unidade escolar que fazem parte da Comissão Escolar de Avaliação e dois membros da Comissão Central de Avaliação.

Tabela com 3 colunas: Nome, R.G./C.P.F. e Assinatura. Para a Comissão Central de Avaliação.

Declaro que concordo com o resultado da Avaliação de Desempenho.

Professor (a) _____

Declaro que concordo com o resultado da Progressão Funcional e dou validade ao avanço vertical obtido pelo professor (a), por capacitação e/ou por avaliação de desempenho.

Assinatura de Marley Neves Ribeiro Zanchetti, Diretora do Departamento de Educação e Esportes.

Uniflor, _____/_____/_____

Observações:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 177 - Centro - CEP: 87.183-000
Tel: (44) 3242-8300 - www.florai.pr.gov.br - CNPJ: 75.751.000/0001-00

PORTARIA Nº 121/2024

A Prefeita do Município de Florai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a disposto no artigo 91 a 94 da Lei nº 896/2001 de 11 de abril de 2011, (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Florai), que trata sobre férias,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a funcionária pública municipal, abaixo relacionada, férias regulamentares.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, "Ovulado da Silva", aos 23 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 7º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 8º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 9º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 10º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 11º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 12º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 13º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 14º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 15º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 16º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 17º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 18º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 19º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 20º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

Rua Bela Vista,1014 - Centro - CEP: 87170-000 - CNPJ: 76.282.672/0001-07
E-mail: rh@ourizona.pr.gov.br - Fone: (44) 3278-1592
Departamento de Recursos Humanos
OURIZONA - PARANÁ

Portaria nº. 224/2024

O Sr. MANOEL RODRIGO AMADO, Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em seu art. 5º, inciso I;

R E S O L V E

Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares à servidora MÁRCIA GOMES DA SILVA PEREIRA, CPF. Nº. 221.419-**, lotada como Zeladora, compreendido no período de 23/09/2024 a 07/10/2024 referentes ao período aquisitivo de 22/07/2022 até 22/07/2023.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRE-SE

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2024.

Assinatura de Manoel Rodrigo Amado, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

Rua Bela Vista,1014 - Centro - CEP: 87170-000 - CNPJ: 76.282.672/0001-07
E-mail: rh@ourizona.pr.gov.br - Fone: (44) 3278-1592
Departamento de Recursos Humanos
OURIZONA - PARANÁ

Portaria nº 225/2024

O Sr. MANOEL RODRIGO AMADO, Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em seu art. 5º, inciso I;

R E S O L V E

Conceder 90 (noventa) dias de LICENÇA ESPECIAL ao servidor DIRCEU ANTONIO DA SILVA, CPF. Nº. 903.569-**, lotado nesta municipalidade como Pedreiro contados no período de 23/09/2024 a 21/12/2024.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRE-SE

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2024.

Assinatura de Manoel Rodrigo Amado, Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

E-mail: contabilidade@ourizona.pr.gov.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (044) 3278-1592
Cep: 87.170-000 - Ourizona - Paraná

DECRETO Nº 138/2024

Súmula - Cancela despesa inscrita em Restos a Pagar, empenhada constante no Balanço do Executivo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso da competência e atribuições que lhes conferem as Constituições da República,



Colorado
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.976.226/0001-03

www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

LEI Nº 3059/2024

Símula: Institui o Sistema Municipal de Cultura e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula no município de Colorado e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT integra o Sistema Estadual e Nacional de Cultura – SEC e SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a Sociedade Civil.

**TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA**

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explícita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os municípios e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Colorado, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Colorado.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Colorado.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de Colorado, planejar e implementar políticas públicas para:

I – assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

- II – universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- III – contribuir para a construção da cidadania cultural;
- IV – reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- V – combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- VI – promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- VII – qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- VIII – democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- IX – estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- XX – consolidar a cultura como importante vetor de desenvolvimento sustentável;
- XI – intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- XII – contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicações sociais.

**CAPÍTULO II
DOS DIREITOS CULTURAIS**

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os municípios o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

- I – direito à identidade e à diversidade cultural;
- II – livre criação e expressão; a) livre acesso; b) livre acesso; c) livre participação nas decisões de política cultural;
- III – o direito autoral;
- IV – o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

**CAPÍTULO III
DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA**

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

**SEÇÃO I
DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA**

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Colorado, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

**SEÇÃO II
DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA**

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

**SEÇÃO III
DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA**

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de oportunidades de geração de produtos e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

- I – sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolve as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;
- II – elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e
- III – conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de idéias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Colorado deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

**TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA**

**CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS**

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como eixos de atuação a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, a democratização dos processos decisórios e a obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a Sociedade Civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da Sociedade Civil nas suas relações com parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

- I – diversidade das expressões culturais;
- II – universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III – fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV – cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V – integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI – complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII – transversalidade das políticas culturais;
- VIII – autonomia dos entes federados e das instituições da Sociedade Civil;
- IX – transparência e compartilhamento das informações;
- X – democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI – descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII – ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a Sociedade Civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT:

- I – estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
- II – assegurar uma paridade equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;
- III – articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;
- IV – promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;
- V – criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT;
- VI – estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas que visem o fomento e promoção da cultura.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA

**SEÇÃO I
DOS COMPONENTES**

Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT:

I – coordenação:
a)Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

II – instâncias de articulação, pactuação e deliberação:

TERÇA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2024
Nova Esperança nº 3779 - Colorado nº2866

a) Conselho Municipal de Cultura – COMCULT;
b) Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT.

III – Instrumentos de gestão:

a) Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT;
b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC;
d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

IV – Sistemas Setoriais de Cultura:

a) Artes Visuais;
b) Audiovisual/Cinema;
c) Circo;
d) Dança;
e) Literatura;
f) Manifestações Populares, Tradicionais e Étnicas da Cultura;
g) Música;
h) Ópera;
i) Patrimônio Cultural;
j) Teatro;
k) outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SIMCULT

Art. 34. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT.

Art. 35. Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, as instituições vinculadas indicadas a seguir:

I – A Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
II – outras que venham a ser constituídas.

Art. 36. São atribuições da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

I – formular e implementar, com a participação da Sociedade Civil, o Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II – implementar o Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura – SNC e SEC, articulando os atores no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

III – promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV – valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressem a diversidade étnica e social do Município;

V – preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI – pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII – manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII – promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;

IX – assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X – descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI – estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII – estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII – elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV – captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais;

XV – operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT e dos Fóruns da Cultura do Município;

XVI – realizar a Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII – exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 37. À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT, compete:

I – exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT;

II – promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III – instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT e nas suas instâncias setoriais;

IV – implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Cultura – CONSEC;

V – emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Cultura – COMCULT;

VI – colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII – colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII – subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal;

IX – auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X – colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI – coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT.

SEÇÃO III

DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 38. Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA – COMCULT

Art. 39. O Conselho Municipal de Cultura – COMCULT, órgão colegiado deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT, o qual será regido por legislação própria.

§ 1º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – COMCULT analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT e às respectivas revisões ou adequações

§ 2º Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – COMCULT, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – COMCULT deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º A Conferência Municipal de Cultura – COMCULT será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.

SEÇÃO IV

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 41. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT:

I – Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT;
II – Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
III – Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC;
IV – Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC;
V – Sistemas Setoriais de Cultura.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA – PLAMCULT

Art. 42. O Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT, instituído por lei própria, tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT.

Art. 43. A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Cultura – COMCULT e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

- I – diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- II – diretrizes e prioridades;
- III – objetivos gerais e específicos;
- IV – estratégias, metas e ações;
- V – prazos de execução;
- VI – resultados e impactos esperados;
- VII – recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII – mecanismos e fontes de financiamento; e
- IX – indicadores de monitoramento e avaliação.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA – SMFC

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Colorado:

I – Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);
II – Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, definido nesta lei;

III – Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica; e

IV – outros que venham a ser criados Do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT.

Art. 45. O Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 46. O Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado do Paraná.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 47. São receitas do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT:

I – dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Colorado e seus créditos adicionais;- II – transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT;
- III – contribuições de mantenedores;
- IV – produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;
- V – doações e legados nos termos da legislação vigente;
- VI – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- VII – reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
- VIII – retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT;
- IX – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;
- X – empréstimos das instituições financeiras ou outras entidades;
- XI – saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
- XII – devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaproveitamento de cotas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
- XIII – saldos de exercícios anteriores; e
- XIV – outras receitas legalmente incorporáveis que lhe viem a ser destinadas.

Art. 48. O Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT será administrado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I – não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e

II – reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de cultura cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente, pelo Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o Inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 48. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento do suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato do COMCULT.

Art. 49. O Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 51. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 62. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 63. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC será constituída por membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os membros do Poder Público serão indicados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

§ 2º Os membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 64. Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Cultura – COMCULT.

Art. 65. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

- I – avaliação das três dimensões culturais do projeto – simbólica, econômica e social;
- II – adequação orçamentária;
- III – viabilidade de execução; e
- IV – capacidade técnico-operacional do proponente.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS – SMIC

Art. 66. Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cad

**LEI Nº 3060/2024**

Símula: Institui o Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) estipula políticas públicas pelo período de 10 (dez) anos, assegurando o estabelecimento de um sistema de gestão pública e participativa, bem como o acompanhamento e avaliação das políticas culturais, proteção e promoção do patrimônio e da diversidade cultural, acesso à produção e fruição da cultura em todo o município, além da inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) terá como princípios:

- I – universalização do acesso à cultura;
- II – afirmação dos valores, identidades, diversidade e pluralismo cultural;
- III – a participação da sociedade civil e o diálogo com agentes culturais e criadores;
- IV – a implantação de um modelo qualificado de gestão compartilhada, eficaz e eficiente no planejamento e execução de políticas culturais;
- V – a transversalidade e a integração da política cultural com as demais políticas de Estado;
- VI – a valorização como fator de desenvolvimento sustentável local e regional;
- VII – a cultura como da memória e do patrimônio cultural.

Art. 2º São objetivos do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT):

- I – universalizar o acesso à arte e à cultura;
- II – reconhecer e valorizar a diversidade cultural, os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
- III – valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- IV – articular políticas públicas de cultura buscando a transversalidade com outras áreas;
- V – fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas culturais;
- VI – qualificar a gestão na área cultural;
- VII – formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas culturais;
- VIII – qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
- IX – fomentar a produção e a difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais;
- X – preservar e promover o patrimônio cultural material e imaterial;
- XI – criar mecanismos para o desenvolvimento da economia da cultura estimulando a sustentabilidade dos processos culturais.

Art. 3º O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) será coordenado pelo Conselho Municipal de Cultura (COMCULT) e pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Cultura (COMCULT) exercerá a função de coordenação executiva do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT), conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pelo estabelecimento de cronogramas, pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação.

Art. 4º A implementação do Plano Municipal de Cultura será feita em regime de cooperação entre o Município, o Estado do Paraná e a União, haja vista o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei Federal nº 12.343, de 02/12/2010 e o Plano Estadual de Cultura (PEC/PR), instituído pela Lei Estadual nº 19.135, de 27/09/2017.

Parágrafo único. A implementação dos programas, projetos e ações instituídos no âmbito do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) poderá ser realizada com a participação de instituições públicas ou privadas, mediante a celebração de instrumentos previstos em lei.

**CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO**

Art. 5º Compete ao poder público, nos termos desta Lei:

- I – formular políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do plano;
- II – garantir a avaliação e a mensuração do desempenho do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) e assegurar sua efetivação pelos órgãos responsáveis;
- III – fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais, da adoção de subsídios econômicos, da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos da lei;
- IV – proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território regional e local e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;
- V – promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural, a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais, e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;
- VI – garantir a preservação do patrimônio cultural de Colorado, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade de Colorado;
- VII – articular as políticas públicas de cultura a promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras;
- VIII – dinamizar as políticas de intercâmbio e a difusão da cultura de Colorado no exterior, promovendo bens culturais e criações artísticas de Colorado no ambiente internacional e dar suporte à presença desses produtos nos mercados de interesse econômico e geopolítico do País;
- IX – organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formulação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura;
- X – regular o mercado interno, estimulando os produtos culturais de Colorado com o objetivo de reduzir desigualdades sociais, locais, regionais e setoriais, profissionalizando os agentes culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, consolidando e ampliando os níveis de emprego e renda, fortalecendo redes de colaboração, valorizando empreendimentos de economia solidária e controlando abusos de poder econômico;
- XI – coordenar o processo de elaboração de planos setoriais para as diferentes áreas artísticas, respeitando seus desdobramentos e segmentações, e também para os demais campos de manifestação simbólica identificados entre as diversas expressões culturais e que reivindicam a sua estruturação municipal, estadual e nacional;
- XII – incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) por meio de ações próprias, parcerias e participação em programas.

**CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES, METAS E AÇÕES**

Art. 6º São diretrizes do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT):

- I – fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas culturais, intensificar o planejamento de programas e ações voltados ao campo cultural e consolidar a execução de políticas públicas para a cultura;
- II – reconhecer e valorizar a diversidade e proteger e promover as artes e expressões culturais;
- III – universalizar o acesso à arte e à cultura, qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
- IV – ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável, promover as condições necessárias para a consolidação da economia criativa e da cultura, além de induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais;
- V – estimular a organização de instâncias consultivas, construir mecanismos de participação da sociedade civil e ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores.

Art. 7º São metas e respectivas ações do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT):

- I – implantar integralmente o Sistema Municipal de Cultura, observando sua institucionalização e integração aos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura, nos seguintes termos:
 - a) implantar o Sistema Municipal de Cultura e manter os elementos necessários que o compõem;
 - b) realizar conferências municipais com o objetivo de promover a institucionalização da cultura no município;
 - c) manter a participação nos sistemas nacional e estadual de cultura;
 - d) implantar e regulamentar redes de articulação entre os diversos setores da administração pública local e regional;
 - e) promover a organização e a profissionalização dos agentes culturais do Município de Colorado;
 - f) criar indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação com revisão periódica;
 - g) estimular a criação de planos setoriais em áreas artístico-culturais.
- II – disponibilizar para a área cultural recursos em conformidade com as suas respectivas Leis Orçamentárias em nível municipal, nos seguintes termos:
 - a) realizar ações de sensibilização quanto à importância do investimento na cultura para o desenvolvimento humano;
 - b) realizar acordos para a revisão das leis com órgãos responsáveis pelas questões orçamentárias do Município;
 - c) elaborar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de facilitação do acesso aos recursos financeiros;
 - d) apoiar o investimento em cultura com a utilização de percentual de pagamentos de royalties.
- III – fortalecer o sistema de financiamento cultural, atendendo às demandas do município, nos seguintes termos:
 - a) articular parcerias para o fomento de atividades culturais com as esferas estadual, federal e privada;
 - b) incentivar a elaboração de editais para o Programa Municipal de Fomento e Incentivo à Cultura – PROMINC;
 - c) estimular a criação de programas de fomento e incentivo à cultura;
 - d) criar e apoiar mecanismos de sensibilização da sociedade civil quanto à importância do investimento na área cultural como forma de acesso à cidadania plena;
 - e) realizar, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, programa amplo de fomento da vida cultural de Colorado.
- IV – ampliar e adequar os quadros funcionais na área cultural, atendendo às demandas de Colorado nos próximos 10 (dez) anos, nos seguintes termos:
 - a) estimular a criação de carreiras para a área artístico-cultural;
 - b) estimular a realização de seleção pública para execução de projetos de curta duração e/ou atividades técnicas temporárias;
 - c) apoiar mecanismos para regulamentação da profissão de gestor cultural.
- V – criar e implantar programas de formação e capacitação na área cultural:
 - a) oferecer aos agentes e gestores culturais e à sociedade civil cursos, oficinas e seminários de capacitação e aperfeiçoamento técnico;
 - b) oferecer cursos de formação técnica aos profissionais da área artística e cultural;
 - c) estabelecer parcerias com instituições (universidades, entre outras) para a formação continuada de gestores culturais e capacitação técnica dos agentes culturais, conservando a transversalidade do conhecimento e a vivência artística;
 - d) apoiar e incentivar a pesquisa científica e tecnológica no campo artístico e cultural, por meio de parcerias;
 - e) promover ações conjuntas com as secretarias municipais visando estimular a interação entre agentes culturais e comunidade para integrar o conhecimento acadêmico, as políticas públicas e os saberes tradicionais e populares;
 - f) qualificar agentes culturais para o atendimento a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
 - g) estimular a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte a implantar disciplinas ligadas às diferentes áreas da cultura, capacitando seus profissionais.
- VI – cadastrar, mapear e diagnosticar os dados do setor cultural do município, nos seguintes termos:
 - a) consolidar a implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais de Colorado (SMIIC) de forma integrada ao Sistema Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SEIIC e SNIIC);
 - b) manter e atualizar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), tornando-o acessível;
 - c) incentivar o cadastramento e alimentação constante dos dados culturais no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), ampliando o mapeamento, o diagnóstico e a divulgação da cultura no Município;
 - d) transformar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) em uma ferramenta de avaliação do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) e das atividades culturais no Município;
 - e) produzir diagnósticos, estudos e propostas tendo como base o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) para implementação de políticas públicas de cultura;
 - f) mapear atividades, territórios criativos, lugares, cores e fazeres culturais materiais e imateriais, formulando mecanismos de salvaguarda e difusão, de modo a fortalecer as identidades territoriais e explicitar a diversidade;
 - g) estimular a abertura de editais direcionados às pesquisas, como forma de coletar dados para o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC).
- VII – criar, implementar e aperfeiçoar mecanismos de informação e divulgação que atinjam Colorado, nos seguintes termos:
 - a) ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de comunicação e informação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, utilizando as ferramentas tecnológicas disponíveis;
 - b) incentivar parcerias com os meios de comunicação, incluindo as rádios e TVs públicas e comunitárias, e redes sociais, para a divulgação de atividades culturais;
 - c) estimular a criação de mídias (rádios comunitárias, páginas da web, blogs, etc.);

**TERÇA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2024
Nova Esperança nº 3779 - Colorado nº2866**

- d) criar e divulgar uma agenda cultural do Município, contemplando os principais eventos permanentes municipais;
- e) envolver os órgãos, gestores e empresários de turismo na gestão, planejamento e estratégia de divulgação dos equipamentos culturais, promovendo espaços de difusão de atividades;
- f) apoiar a divulgação dos programas culturais criados pelos governos federal, estadual e municipal;
- g) apoiar mecanismos de difusão e divulgação de bens culturais.

VIII – atualizar, a cada quatro anos, em parceria com a Câmara Municipal de Vereadores de Colorado e o Conselho Municipal de Cultura (COMCULT), os marcos legais da cultura, visando garantir o direito cultural nos seus diversos aspectos (como acesso, diversidade cultural, informação, liberdade de expressão), nos seguintes termos:

- a) discutir e deliberar nas Conferências de Cultura os marcos legais da cultura;
- b) encaminhar, por meio do conselho de cultura, as demandas de cultura para a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado);
- c) realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de ajustes nas legislações relativas à vida cultural, em particular a aprovação da PEC-150.

IX – estimular e fomentar programa anual de políticas públicas de ações culturais transversais com as demais secretarias, instituições de ensino superior, Sistema S, entre outros, nos seguintes termos:

- a) avaliar, com a participação da sociedade civil, projetos e programas anteriores na área cultural, visando à sua continuidade administrativa;
- b) apoiar e promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços voltadas às artes, contribuindo para o desenvolvimento de estudos e inovações culturais que permitam incrementar a formação do profissional;
- c) estimular a transversalidade da cultura nas principais políticas sociais como educação, saúde e assistência social;
- d) promover o debate com as instituições que integram o chamado Sistema “S” para a criação de projetos e calendários fixos de circulação de bens e produtos culturais.

X – apoiar e incentivar as manifestações da diversidade cultural, ampliando a oferta de programas que promovam e protejam as culturas populares e de povos tradicionais, nos seguintes termos:

- a) incentivar ações que favoreçam o intercâmbio de conhecimentos, visando facilitar a inclusão e a participação de pessoas e de grupos culturais variados;
- b) reconhecer a atividade profissional dos mestres de ofício por meio do título de notório saber;
- c) identificar e mapear as manifestações das comunidades e povos tradicionais com a finalidade de elaborar planos de suporte;
- d) valorizar e fomentar as manifestações culturais locais fortalecendo e contemplando a diversidade cultural, com o objetivo de preservar sua memória e identidade;
- e) valorizar os grupos de culturas populares, migrantes e aqueles historicamente discriminados, como a população negra, povos de terreiro, ciganos, indígenas, quilombólas, falansteres, LGBT, movimentos de rua e terceira idade, com a promoção de ações que fortaleçam a cultura destes grupos e que resultem na inserção destes nas políticas públicas de cultura de criação, produção, difusão e fruição cultural;
- f) promover o reconhecimento do notório saber a profissionais com pelo menos trinta anos de carreira e mais de cinquenta anos de idade;
- g) incentivar e promover ações, por meio da arte, que contribuam para o fim de todo o tipo de discriminação;
- h) estimular a arte urbana.

XI – estimular e fomentar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa e a difusão do patrimônio cultural (material e imaterial), nos seguintes termos:

- a) criar e implementar política de preservação do patrimônio cultural;
- b) estimular a criação de fundos específicos municipais para a conservação e restauração do patrimônio cultural material;
- c) estimular a pesquisa e o registro sobre o patrimônio cultural material e imaterial;
- d) estimular, por meio de parcerias com órgãos de educação, ciência, tecnologia e pesquisa, atividades de grupos acadêmicos e da sociedade civil, que trabalhem contextos relativos à cultura, às artes e à diversidade cultural do Município de Colorado;
- e) estabelecer parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para incentivar o trabalho sobre a cultura de Colorado nas escolas da rede pública de ensino, por meio de materiais didáticos específicos;
- f) capacitar educadores e agentes multiplicadores para a utilização de mecanismos voltados à formação de consciência histórica crítica, que incentivem a valorização e a preservação do patrimônio cultural material e imaterial;
- g) estimular as ações de conservação preventiva em acervos documentais e artísticos;
- h) desenvolver ações de valorização, pesquisa, salvaguarda e registro de acervos museológicos do município, garantindo amplo acesso aos bens culturais;
- i) realizar programas de pesquisa, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural de Colorado;
- j) realizar programas de pesquisa, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural de Colorado;
- k) incentivar a digitalização dos acervos, como de bibliotecas, cinematecas e arquivos museológicos, criando assim novas modalidades de acesso e utilização desses acervos culturais por toda a população;
- l) fomentar o processo de tombamento e manutenção de bens culturais em âmbito municipal e, se pertinente, em âmbito estadual.

XII – ampliar políticas públicas de inclusão digital nas áreas urbanas, rurais e em regiões habitadas por povos e comunidades tradicionais, em todo o município, nos seguintes termos:

- a) criar projetos que promovam a apropriação social da tecnologia de informação e que ampliem o acesso à cultura digital, caracterizada pelo acesso aos computadores e demais equipamentos digitais, assim como pelo número de pessoas conectadas à internet;
- b) realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de criação de linhas de financiamento para ampliar a infraestrutura tecnológica e fomentar a criação e a circulação de conteúdos independentes de cada região;
- c) promover a apropriação das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura digital e suas possibilidades de produção, difusão e fruição, como alternativa do desenvolvimento sustentável e livre;
- d) apoiar o mapeamento dos circuitos de arte digital, assim como de suas fronteiras e das influências mútuas com os circuitos tradicionais.

XIII – fomentar mecanismos de investimentos para criação, construção, recuperação, adequação e manutenção de espaços culturais no município, nos seguintes termos:

- a) estimular a criação de, no mínimo, um espaço cultural no município, respeitando as demandas de sua comunidade;
- b) incentivar a criação e a adequação de espaços culturais com arquitetura e infraestrutura adequada ao seu uso, atendendo à legislação referente à acessibilidade e garantindo de forma econômica a sua sustentabilidade;
- c) incentivar parcerias com as organizações da sociedade civil para a construção de espaços culturais no município por meio de benefícios fiscais;
- d) estimular as empresas locais a investirem em projetos destinados à construção, recuperação, adequação e manutenção de espaços culturais;
- e) estimular a criação de espaços culturais descentralizados para ampliação e fomento das culturas populares e movimentos culturais de rua, criados por mestres locais, artistas, grupos e entidades sem fins lucrativos;
- f) estimular a manutenção da biblioteca cidadã;
- g) incentivar a criação e o manutenção de um centro cultural, educativo e comunitário no município.

XIV – implementar programas de formação de público, fomento, divulgação, documentação, descentralização e circulação de bens culturais no município, nos seguintes termos:

- a) implantar o Plano de Literatura, Livro e Leitura, possibilitando o acesso democrático ao livro e ao equipamento cultural;
- b) fomentar programas, projetos e ações que atendam ao conteúdo no Plano Estadual da Criança e do Adolescente;
- c) estimular a criação, a implantação e a manutenção, por meio de parcerias, de programas de formação e fidelização de público, promovendo os direitos culturais;
- d) promover novas formas de divulgação, documentação e circulação de bens culturais, contemplando a diversidade de público;
- e) promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, praças e parques culturais e de lazer, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e juventude;
- f) fomentar e incentivar a produção artística e cultural de Colorado, por meio do apoio à criação, registro, difusão e distribuição de obras, ampliando o reconhecimento da diversidade de expressões;
- g) contemplar e promover a diversidade cultural do município, com pelo menos dois programas de circulação anual;
- h) incentivar a criação de calendários e mapas culturais que apresentem sistematicamente os locais de realização de eventos culturais, encontros, feiras, festivais e programas de produção artística e cultural;
- i) fomentar a criação de unidades móveis itinerantes, que possibilitem a circulação de apresentações artísticas, especialmente regiões rurais e remotas do centro urbano;
- j) estimular o intercâmbio cultural, municipal e intermunicipal;
- k) criar e ampliar programas que contemplem o acesso de bens e atividades culturais atendendo crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência;
- l) estimular as entidades culturais, como associações, clubes e sociedades, a criar mecanismos de acesso aos bens e serviços em equipamentos culturais;
- m) promover a educação patrimonial, a formação de plateia e público como forma de fomento ao consumo cultural.

XV – incentivar o intercâmbio artístico-cultural internacional, facilitando a comercialização, a distribuição e a exibição de bens culturais e artísticos produzidos em Colorado, nos seguintes termos:

- a) estabelecer parcerias com órgãos representativos de países com os quais o Paraná e o Brasil mantêm relações diplomáticas;
- b) estabelecer parcerias para o intercâmbio artístico-cultural e científico do município de Colorado com países estrangeiros;
- c) instituir programas e parcerias internacionais para atender necessidades técnicas e econômicas para a compreensão e organização de suas relações com a economia contemporânea global.
- d) contribuir com as ações de formalização do mercado, possibilitando a valorização do trabalho e o fortalecimento econômico dos setores culturais;
- e) inserir as atividades culturais itinerantes nos programas públicos de desenvolvimento regional sustentável;
- f) incentivar a formação de consórcios entre os municípios da mesma região cultural, possibilitando a valorização das culturas locais e regionais e o intercâmbio de atividades;
- g) realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de criação de agências de fomento, com qualificação em gestão financeira, promoção de bens e serviços;
- h) apoiar artistas, artesãos e profissionais criativos oferecendo consultoria e assessoria nas áreas de gestão de projetos;
- i) implementar programas que permitam o desenvolvimento da economia criativa em associação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos pela ONU;
- j) estabelecer parcerias com bancos estatais e outros agentes financeiros, como cooperativas, fundos e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de linhas de microcrédito e outras formas de financiamento destinadas à promoção de cursos livres, técnicos e superiores de formação, pesquisa e atualização profissional;
- k) atrair investimentos para a economia criativa do município de Colorado;
- l) promover o turismo cultural visando ao reconhecimento, à valorização e à profissionalização da atividade turística cultural como forma de gerar sustentabilidade;
- m) estimular a geração de projetos que contemplem a diversidade e a transversalidade, dentro de um contexto descentralizado e sustentável.

XVI – promover em parceria com a comunidade cultural a formação de cooperativas de fomento à cultura, nos seguintes termos:

- a) estimular meios para o desenvolvimento da cadeia produtiva da cultura e das artes e impulsionar a economia da cultura regional;
- b) celebrar convênios com instituições de ensino a fim de instrumentalizar artistas, produtores, gestores e fazedores de cultura, na criação e gestão das cooperativas;
- c) estabelecer parcerias a fim de gerar mecanismos de sustentabilidade das cooperativas;
- d) estabelecer diretrizes norteadoras para o desenvolvimento da cadeia produtiva e das artes no município de Colorado.
- e) implementar programas que permitam o desenvolvimento da economia criativa em associação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos pela ONU;
- f) estabelecer parcerias com bancos estatais e outros agentes financeiros, como cooperativas, fundos e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de linhas de microcrédito e outras formas de financiamento destinadas à promoção de cursos livres, técnicos e superiores de formação, pesquisa e atualização profissional;
- g) atrair investimentos para a economia criativa do município de Colorado;
- h) promover o turismo cultural visando ao reconhecimento, à valorização e à profissionalização da atividade turística cultural como forma de gerar sustentabilidade;
- i) estimular a geração de projetos que contemplem a diversidade e a transversalidade, dentro de um contexto descentralizado e sustentável.

XVII – promover em parceria com a comunidade cultural a formação de cooperativas de fomento à cultura, nos seguintes termos:

- a) estimular meios para o desenvolvimento da cadeia produtiva da cultura e das artes e impulsionar a economia da cultura regional;
- b) celebrar convênios com instituições de ensino a fim de instrumentalizar artistas, produtores, gestores e fazedores de cultura, na criação e gestão das cooperativas;
- c) estabelecer parcerias a fim de gerar mecanismos de sustentabilidade das cooperativas;
- d) estabelecer diretrizes norteadoras para o desenvolvimento da cadeia produtiva e das artes no município de Colorado.
- e) implementar programas que permitam o desenvolvimento da economia criativa em associação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos pela ONU;
- f) estabelecer parcerias com bancos estatais e outros agentes financeiros, como cooperativas, fundos e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de linhas de microcrédito e outras formas de financiamento destinadas à promoção de cursos livres, técnicos e superiores de formação, pesquisa e atualização profissional;
- g) atrair investimentos para a economia criativa do município de Colorado;
- h) promover o turismo cultural visando ao reconhecimento, à valorização e à profissionalização da atividade turística cultural como forma de gerar sustentabilidade;
- i) estimular a geração de projetos que contemplem a diversidade e a transversalidade, dentro de um contexto descentralizado e sustentável.

XVIII – implementar meios de participação social no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas culturais no município, nos seguintes termos:

- a) criar uma plataforma virtual que possibilite à sociedade civil acompanhar as políticas culturais previstas para serem implementadas no município;
- b) incentivar a criação de fóruns permanentes com a participação da sociedade civil, como conselhos e fóruns setoriais, possibilitando a consulta, a reflexão, a qualificação, a avaliação e a proposição de conceitos e estratégias;
- c) estimular a criação de canais de interlocução da sociedade civil com instituições culturais;
- d) promover a articulação entre os conselhos culturais federal, estadual e municipal.
- e) estabelecer parcerias com bancos estatais e outros agentes financeiros, como cooperativas, fundos e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de linhas de microcrédito e outras formas de financiamento destinadas à promoção de cursos livres, técnicos e superiores de formação, pesquisa e atualização profissional;
- f) atrair investimentos para a economia criativa do município de Colorado;
- g) promover o turismo cultural visando ao reconhecimento, à valorização e à profissionalização da atividade turística cultural como forma de gerar sustentabilidade;
- h) estimular a geração de projetos que contemplem a diversidade e a transversalidade, dentro de um contexto descentralizado e sustentável.

XIX – implementar meios de participação social no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas culturais no município, nos seguintes termos:

- a) criar uma plataforma virtual que possibilite à sociedade civil acompanhar as políticas culturais previstas para serem implementadas no município;
- b) incentivar a criação de fóruns permanentes com a participação da sociedade civil, como conselhos e fóruns setoriais, possibilitando a consulta, a reflexão, a qualificação, a avaliação e a proposição de conceitos e estratégias;
- c) estimular a criação de canais de interlocução da sociedade civil com instituições culturais;
- d) promover a articulação entre os conselhos culturais federal, estadual e municipal.
- e) estabelecer parcerias com bancos estatais e outros agentes financeiros, como cooperativas, fundos e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de linhas de microcrédito e outras formas de financiamento destinadas à promoção de cursos livres, técnicos e superiores de formação, pesquisa e atualização profissional;
- f) atrair investimentos para a economia criativa do município de Colorado;
- g) promover o turismo cultural visando ao reconhecimento, à valorização e à profissionalização da atividade turística cultural como forma de gerar sustentabilidade;
- h) estimular a geração de projetos que contemplem a diversidade e a transversalidade, dentro de um contexto descentralizado e sustentável.

**CAPÍTULO IV
DO FINANCIAMENTO**

Art. 8º Os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias do Município disporão sobre os recursos a serem destinados à execução das ações constantes desta Lei.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, na condição de coordenadora executiva do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT), deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender aos objetivos desta Lei e elevar o total de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento.

**CAPÍTULO V
DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte monitorar e avaliar periodicamente o alcance das diretrizes e eficácia das metas do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) com base em indicadores locais e regionais que quantifiquem a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos, os níveis de produção, renda e acesso da cultura, de institucionalização e gestão cultural, de desenvolvimento econômico-cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais.

Parágrafo único. O processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) contará com a participação do Conselho Municipal de Cultura (COMCULT), tendo a apoio de especialistas, técnicos e agentes culturais, de institutos de pesquisa, de universidades, de instituições culturais, de organizações e redes socioculturais, além do apoio de outros órgãos colegiados de caráter consultivo, na forma do regulamento.

**CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 11. O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) deverá ser atualizado em quatro anos acrescido dos Planos Setoriais elaborados a partir das resoluções do Conselho Municipal de Cultura (COMCULT).

Art. 12. A elaboração do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) em âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura, deverão desenvolver Projeto de Lei e ser submetido ao Conselho Municipal de Cultura (COMCULT) e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marcos José Costa de Melo
Prefeito

Colorado (PR) 23 de Setembro de 2024

**LEI Nº 3061/2024**

Símula: Institui o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal da Cultura e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Municipal de Cultura – COMCULT reger-se-á por esta Lei, caracterizado como órgão colegiado, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Esporte, tendo por finalidade a participação na formulação das políticas públicas de cultura do Município de Colorado – Estado do Paraná.

§ 1º O Conselho Municipal de Cultura – COMCULT tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT.

§ 2º Os integrantes do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT que representem a Sociedade Civil são eleitos democraticamente, em Conferência Municipal de Cultura – CONFCULT e têm mandato de 02 (dois) anos, conforme regulamento.

§ 3º A representação da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Cultura – COMCULT deve considerar as dimensões simbólicas, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§ 4º A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Cultura – COMCULT deve contemplar a representação do Município de Colorado, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 2º O Conselho Municipal de Cultura constitui-se por **06 (seis)** membros titulares e respectivos suplentes, assim distribuídos:

- I – o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, na qualidade de Presidente;
- II – 2 (dois) membros titulares escolhidos pelo Poder Executivo Municipal, sendo selecionados entre funcionários efetivos ou detentores de cargo em comissão, em exercício na Administração Pública Municipal;
- III – 3 (três) membros titulares da Sociedade Civil e respectivos suplentes, sendo um deles seu Vice-Presidente.

§ 1º Os integrantes descritos no inciso II serão nomeados pelo Prefeito do Município de Colorado para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º Os membros a que se refere o inciso II serão eleitos pelo voto direto e sufrágio universal, assegurada a possibilidade de participação de todos os presentes, inscritos durante a Conferência Municipal de Cultura, convocada pelo Prefeito Municipal e regulamentada, por meio de portaria e ou decreto, pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

§ 3º Sendo considerados eleitos, os 3 (três) membros a que se refere o inciso III que obtiverem a maioria simples de votos válidos, em ordem decrescente, para ocupar as vagas de titulares, sendo o candidato com a maior quantidade de votos recebidos, o Vice-Presidente.

§ 4º Os demais candidatos, a que se refere o inciso II, ficarão como suplentes na ordem de votos recebidos por ordem decrescente.

Art. 3º O Conselho Municipal de Cultura – COMCULT é constituído pelas seguintes instâncias:

- I – Plenário;
- II – Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC;
- III – Colegiados Setoriais;
- IV – Comissões Temáticas;
- V – Grupos de Trabalho;
- VI – Fóruns Setoriais e Territoriais.

Art. 4º Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT, compete:

- I – propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT;
- II – estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SIMCULT;
- III – colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional de Política Cultural e Estadual de Cultura;
- IV – aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, unidas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V – definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI – estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT;

VII – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT;

VIII – aprovar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX – contribuir para o aprimoramento dos critérios de paridade e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;

X – apreciar e aprovar as diretrizes orientadoras da área da Cultura;

XI – apreciar e apresentar parecer sobre os Termos